



P.M. Onda Verde
Concurso Público 01/2012

INSTITUIÇÃO
SOLER
DE ENSINO

CARGO:
COORDENADOR PEDAGÓGICO DO ENSINO
FUNDAMENTAL

INSCRIÇÃO Nº: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO:

Língua Portuguesa

Texto para as questões 01 a 08

Coma fast-food e receba por isso

Estudo sobre obesidade quer pagar voluntários para se empanturrarem de tudo de mais gostoso e calórico que existe por Redação Galileu

Quer contribuir para o avanço da ciência, ganhar dinheiro e ainda comer fast-food à vontade? Acredite ou não, esse é o convite que a Universidade de Washington está fazendo. Os alunos da instituição estão realizando um estudo sobre obesidade e querem voluntários dispostos a ganhar quilos, enchendo a barriga deles com o que há de menos saudável nos cardápios.

O experimento terá duração de três meses e cada participante receberá 3.500 dólares pela contribuição. Ao final da pesquisa, a pessoa deve ter aumentado seu peso em, pelo menos, 5%. Não será muito difícil. Basta bater o olho na lista de restaurantes liberados pela universidade: Mc Donald's, Taco Bell, KFC, Pizza Hut e Burger King.

O objetivo da pesquisa é descobrir o porquê de algumas pessoas manterem uma dieta rica em gordura e açúcar e, mesmo assim, não ganharem peso e nem desenvolverem diabetes ou doenças cardiovasculares. Para participar, você deve ter entre 18 e 65 anos, não fumar, não ter diabetes e já estar pelo menos 14 quilos acima do seu peso ideal. Se, por acaso, você ficou com dó dos participantes, saiba que eles devem fazer parte de um programa de perda de peso, promovido pela mesma universidade.

Via Oddity Central
<http://revistagalileu.globo.com>

01. É correto afirmar sobre o texto que:
- a) Comer muito contribui para o avanço da ciência.
 - b) Estudos da universidade de Washington afirmam que comer muito pode não ser saudável.
 - c) Estudos sobre obesidade serão realizados com voluntários dispostos a ganhar peso.
 - d) Algumas pessoas que têm dieta rica em açúcar e gordura podem ter problemas cardíacos.
02. No trecho “esse é o convite que a Universidade de Washington está fazendo”, usou-se o pronome “esse” com função:
- a) Anafórica.
 - b) Catafórica.
 - c) Elíptica.
 - d) Metafórica.
03. As palavras SAUDÁVEL e CARDÁPIOS são acentuadas graficamente pelas mesmas regras de:
- a) Difícil e voluntários.
 - b) Calóricos e será.
 - c) Porquê e açúcar.
 - d) Três e você.
04. Em “Para participar, você deve ter entre 18 e 65 anos”, a relação de sentido estabelecida entre as orações é a mesma que:
- a) Ele vai para casa mais cedo hoje.
 - b) Como você falou, eles vieram rápido.
 - c) Casamentos são bonitos, pois ainda há muitos sonhos em jogo.
 - d) Estamos trabalhando muito a fim de juntarmos dinheiro.
05. No trecho “Coma fast-food e receba por isso”, os verbos têm a mesma classificação em relação a tempo e/ou modo que na frase da alternativa:
- a) É preciso que você coma tudo para que receba o prêmio.
 - b) Faça sua parte e seja um campeão.
 - c) Se comprar aqui, terá 20% de desconto.
 - d) Eu como tudo que você me oferece.

06. Sobre o trecho “Se, por acaso, você ficou com dó dos participantes, saiba que eles devem fazer parte de um programa de perda de peso, promovido pela mesma universidade.”
- I. Apresenta uma oração subordinada adverbial condicional.
 - II. Apresenta uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
 - III. Apresenta uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de participio.
- a) Apenas I e II estão corretas.
 - b) Apenas I e III estão corretas.
 - c) Apenas II e III estão corretas.
 - d) Todas estão corretas.

07. Ainda sobre o texto, é correto afirmar que:

- a) Há somente o uso da norma culta.
- b) Apresenta traços de linguagem coloquial.
- c) Trata-se de linguagem científica.
- d) É predominantemente coloquial.

08. Em “eles devem fazer parte de um programa de perda de peso”, a palavra PERDA é formada pelo mesmo processo de qual substantivo abaixo?

- a) Fumo.
- b) Alimento.
- c) Socorro.
- d) Azulejo.

Texto para as questões 09 a 15

Alongar os músculos melhora a flexibilidade e a consciência corporal

Quem é sedentário ou passa muito tempo sentado precisa se esticar.
Exercício amplia os movimentos, diminui dores e até previne lesões.

Uma pessoa que passa muito tempo sentada durante o dia e faz pouca ou nenhuma atividade física precisa se alongar. Esticar os músculos ajuda a aumentar a flexibilidade e a consciência corporal.

Segundo o médico do esporte Gustavo Maglioca e o preparador físico José Rubens D'Elia, o alongamento diminui dores, amplia os movimentos e previne lesões. Mas é preciso praticar sempre, pois, em um mês de sedentarismo, já ocorre uma diminuição da elasticidade e da capacidade muscular. (<http://g1.globo.com>)

09. No trecho “Quem é sedentário ou passa muito tempo sentado precisa se esticar.” Temos oração:
- a) Coordenada sindética aditiva.
 - b) Coordenada sindética explicativa.
 - c) Coordenada sindética alternativa.
 - d) Coordenada sindética conclusiva.

10. O sujeito de “precisa se alongar” é;

- a) Simples e determinado.
- b) Elíptico e determinado.
- c) Composto e determinado.
- d) Indeterminado.

11. A oração “que passa muito tempo sentada durante o dia” tem a mesma classificação sintática que:

- a) Faz pouca ou nenhuma atividade física.
- b) Precisa se alongar.
- c) Esticar os músculos.
- d) Ajuda a aumentar a flexibilidade.

12. O trecho “Segundo o médico do esporte Gustavo Maglioca e o preparador físico José Rubens D'Elia, o alongamento diminui dores, amplia os movimentos e previne lesões” pode ser substituído, mantendo a mesma relação de sentido em:

- a) Desde que o médico do esporte Gustavo Maglioca e o preparador físico José Rubens D'Elia disseram, o alongamento diminui dores, amplia os movimentos e previne lesões.

- b) Consoante o médico do esporte Gustavo Maglioca e o preparador físico José Rubens D'Elia, o alongamento diminui dores, amplia os movimentos e previne lesões.
- c) À medida que o médico do esporte Gustavo Maglioca e o preparador físico José Rubens D'Elia anunciaram, o alongamento diminui dores, amplia os movimentos e previne lesões.
- d) Como o alongamento diminui dores, amplia os movimentos e previne lesões, isso foi anunciado pelo médico do esporte Gustavo Maglioca e o preparador físico José Rubens D'Elia.

13. Em "MAS é preciso praticar sempre, POIS, em um mês de sedentarismo, já ocorre uma diminuição da elasticidade e da capacidade muscular.", as palavras destacadas podem ser substituídas, sem alterar o sentido das relações entre as orações, por:

- a) PORTANTO é preciso praticar sempre, PORQUE, em um mês de sedentarismo, já ocorre uma diminuição da elasticidade e da capacidade muscular.
- b) NO ENTANTO é preciso praticar sempre, POR ISSO, em um mês de sedentarismo, já ocorre uma diminuição da elasticidade e da capacidade muscular.
- c) ENTRETANTO é preciso praticar sempre, PORQUANTO, em um mês de sedentarismo, já ocorre uma diminuição da elasticidade e da capacidade muscular.
- d) POR ISSO é preciso praticar sempre, UMA VEZ QUE, em um mês de sedentarismo, já ocorre uma diminuição da elasticidade e da capacidade muscular.

14. No trecho "é preciso praticar sempre", temos:

- a) Um período simples e uma oração absoluta.
- b) Um período composto por subordinação e uma oração substantiva subjetiva reduzida.
- c) Um período composto por subordinação e uma oração adjetiva restritiva reduzida.
- d) Um período composto por subordinação e uma oração adverbial causal reduzida.

15. As palavras SEDENTARISMO, ALONGAR e ELASTICIDADE são formadas por:

- a) Parassíntese – sufixação prefixação.
- b) Parassíntese – parassíntese – sufixação.
- c) Sufixação – parassíntese – sufixação.
- d) Sufixação – prefixação – sufixação.

16. No trecho "Rosário (Leandra Leal), Penha (Taís Araújo) e Cida (Isabelle Drummond) estão passando maus bocados. Detidas por desacato, as empreguetes ainda são obrigadas a comer a gororoba servida na Casa de Custódia."

(<http://tv.globo.com/novelas>)

Transcrevendo o trecho para a norma culta, a melhor redação seria:

- a) Rosário (Leandra Leal), Penha (Taís Araújo) e Cida (Isabelle Drummond) estão passando maus bocados. Detidas por desacato, as empregadinhas ainda são obrigadas a comer a gororoba servida na Casa de Custódia.
- b) Rosário (Leandra Leal), Penha (Taís Araújo) e Cida (Isabelle Drummond) estão passando maus pedaços. Detidas por desacato, as empreguetes ainda são obrigadas a comer a comida horrível servida na Casa de Custódia.
- c) Rosário (Leandra Leal), Penha (Taís Araújo) e Cida (Isabelle Drummond) estão passando situações constrangedoras. Detidas por desacato, as empregadas ainda são obrigadas a comer a porcaria servida na Casa de Custódia.
- d) Rosário (Leandra Leal), Penha (Taís Araújo) e Cida (Isabelle Drummond) estão passando momentos difíceis. Detidas por desacato, as auxiliares domésticas ainda são obrigadas a comer a comida mal preparada servida na Casa de Custódia.

Conhecimentos Específicos

17. De acordo com a DELIBERAÇÃO CEE Nº 9/97 que Institui, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental em seu Artigo 3º - O projeto educacional de implantação do regime de progressão

continuada deverá especificar, entre outros aspectos, mecanismos que assegurem:

- I- avaliação institucional interna e externa.
- II- avaliações da aprendizagem ao longo do processo, conduzindo a uma avaliação contínua e cumulativa da aprendizagem do aluno, de modo a permitir a apreciação de seu desempenho em todo o ciclo.
- III- atividades de reforço e de recuperação paralelas e contínuas ao longo do processo e, se necessárias, ao final de ciclo ou nível;
- IV- meios alternativos de adaptação, de reforço, de reclassificação, de avanço, de reconhecimento, de aproveitamento e de aceleração de estudos.
- V- indicadores de desempenho através de provas de mérito, SARESP e ENADE.

Assinale:

- a) Se apenas I, II, III e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas II, III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

18. De acordo com a DELIBERAÇÃO CEE Nº 9/97 que Institui, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental em seu Artigo 3º - O projeto educacional de implantação do regime de progressão continuada deverá especificar, entre outros aspectos, mecanismos que assegurem:

- I- controle da frequência dos alunos menores de 16 anos;
- II- contínua melhoria do ensino;
- III- forma de implantação, implementação e avaliação do projeto;
- IV- dispositivos regimentais adequados;
- V- articulação com as famílias no acompanhamento do aluno ao longo do processo, fornecendo-lhes informações sistemáticas sobre frequência e aproveitamento escolar.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas II, III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

19. Não é condizente com a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

- a) Os sistemas de ensino devem matricular somente os alunos com necessidades especiais de aprendizagem, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento desses educandos, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos eles.
- b) Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.
- c) Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.
- d) Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

20. Não é condizente com a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

- a) Nas classes especiais, o professor não deve, necessariamente desenvolver o currículo, mas mediante adaptações, e, quando

necessário, atividades da vida autônoma e social no turno inverso.

- b) A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno e das condições para o atendimento inclusivo, a equipe pedagógica da escola e a família devem decidir conjuntamente, com base em avaliação pedagógica, quanto ao seu retorno à classe comum.
- c) Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social
- d) A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno, a equipe pedagógica da escola especial e a família devem decidir conjuntamente quanto à transferência do aluno para escola da rede regular de ensino, com base em avaliação pedagógica e na indicação, por parte do setor responsável pela educação especial do sistema de ensino, de escolas regulares em condição de realizar seu atendimento educacional.

21. Não é condizente com a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

- a) É obrigatória às escolas e aos sistemas de ensino a constituição de parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo.
- b) Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infra-estrutura definidos.
- c) Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.
- d) Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

22. Não é condizente com a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

- a) As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.
- b) Os sistemas públicos e privados de ensino serão responsáveis pela identificação, análise, avaliação da qualidade e da idoneidade, bem como pelo credenciamento de escolas ou serviços, públicos ou privados, com os quais estabelecerão convênios ou parcerias para garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, observados os princípios da educação inclusiva.

- c) A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.
- d) Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino.

23. Não está de acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos:

- a) No caso de cursos presenciais, os alunos só poderão ser avaliados, para fins de certificados de conclusão, em exames supletivos presenciais oferecidos por instituições especificamente autorizadas, credenciadas e avaliadas pelo poder público, dentro das competências dos respectivos sistemas, conforme a norma própria sobre o assunto e sob o princípio do regime de colaboração.
- b) No caso de circulação entre as diferentes modalidades de ensino, a matrícula em qualquer ano das etapas do curso ou do ensino está subordinada às normas do respectivo sistema e de cada modalidade.
- c) Os estudos de Educação de Jovens e Adultos realizados em instituições estrangeiras poderão ser aproveitados junto às instituições nacionais, mediante a avaliação dos estudos reclassificação dos alunos jovens e adultos, de acordo com as normas vigentes, respeitados os requisitos diplomáticos de acordos culturais e as competências próprias da autonomia dos sistemas.
- d) Os certificados de conclusão dos cursos a distância de alunos jovens e adultos emitidos por instituições estrangeiras, mesmo quando realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial, respeitados os requisitos diplomáticos de acordos culturais.

24. Não está de acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos:

- a) A competência para a validação de cursos com avaliação no processo e a realização de exames supletivos fora do território nacional é privativa da União, ouvido o Conselho Nacional de Educação.
- b) Os sistemas de ensino, nas respectivas áreas de competência, são co-responsáveis pelos cursos e pelas formas de exames supletivos por eles regulados e autorizados.
- c) Cabe às prefeituras e ao setor privado, de acordo com o princípio de publicidade: divulgar a relação dos cursos e dos estabelecimentos autorizados à aplicação de exames supletivos, bem como das datas de validade dos seus respectivos atos autorizadores; acompanhar, controlar e fiscalizar os estabelecimentos que ofertarem esta modalidade de educação básica, bem como no caso de exames supletivos.
- d) As unidades ofertantes desta modalidade de educação, quando da autorização dos seus cursos, apresentarão aos órgãos responsáveis dos sistemas o regimento escolar para efeito de análise e avaliação.

25. De acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos em seu Art. 17- A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as

diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

I- Ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;

II- Investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;

III- Desenvolvimento de práticas educativas que desassociem teoria e prática;

IV- Utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem.

- Assinale:
- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
 - b) Se apenas I, II e IV estiverem corretas.
 - c) Se apenas II, III e IV estiverem corretas.
 - d) Se todas estiverem corretas.

26. Não está de acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos:

- a) Os sistemas deverão prever exames supletivos que considerem as peculiaridades dos portadores de necessidades especiais.
- b) Os estabelecimentos poderão aferir e reconhecer, mediante avaliação, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extra-escolares, de acordo com as normas dos respectivos sistemas e no âmbito de suas competências, inclusive para a educação profissional de nível técnico, obedecidas as respectivas diretrizes curriculares nacionais.
- c) Os estabelecimentos, sob sua responsabilidade e dos sistemas que os autorizaram, expedirão históricos escolares e declarações de conclusão, e registrarão os respectivos certificados, ressaltados os casos dos certificados de conclusão emitidos por instituições estrangeiras, a serem revalidados pelos órgãos oficiais competentes dos sistemas.
- d) Aos egressos das escolas indígenas e postulantes de ingresso em cursos de educação de jovens e adultos, não será, em hipótese alguma, admitido o aproveitamento destes estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

27. Não está de acordo com a RESOLUÇÃO CEB Nº 2, DE 7 DE ABRIL DE 1998 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental:

- a) Diretrizes Curriculares Nacionais são o conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimento da educação básica, expressas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.
- b) As escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas: os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; os princípios dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.
- c) Ao definir suas propostas pedagógicas, as escolas poderão explicitar o reconhecimento da identidade pessoal de alunos, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade escolar e de seus respectivos sistemas de ensino.
- d) As escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas pela interação dos processos de conhecimento com os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado; as diversas experiências de vida de alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a constituição de identidade afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã.

28. Não está de acordo com a RESOLUÇÃO CEB Nº 2, DE 7 DE ABRIL DE 1998 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental:

- a) Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental e a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos (como: a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura, as linguagens) e as áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Língua Materna (para populações indígenas e migrantes), Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física, Educação Religiosa (na forma do art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
- b) As escolas deverão explicitar em suas propostas curriculares processos de ensino voltados para as relações com sua comunidade local, regional e planetária, visando à interação entre a educação fundamental e a vida cidadã; os alunos, ao aprenderem os conhecimentos e valores da base nacional comum e da parte diversificada, estarão também constituindo sua identidade como cidadãos, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às comunidades.
- c) As escolas utilizarão a base nacional comum de suas propostas curriculares para enriquecer e complementar a base diversificada, propiciando, de maneira específica, a introdução de projetos e atividades do interesse de suas comunidades.
- d) As escolas devem trabalhar em clima de cooperação entre a direção e as equipes docentes, para que haja condições favoráveis à adoção, execução, avaliação e aperfeiçoamento das estratégias educacionais, em consequência do uso adequado do espaço físico, do horário e calendário escolares, na forma dos arts. 12 a 14 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

29. Não é condizente com a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

- a) A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil e Ensino Fundamental – ciclo I, respectivamente.
- b) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.
- c) O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.
- d) As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

30. Não é condizente com a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

- a) A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

- b) É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.
- c) É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.
- d) As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas, preferencialmente, na Educação Infantil.

31. Não é condizente com a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

- a) A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.
- b) As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.
- c) É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, seis horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual a doze horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.
- d) As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

32. De acordo com a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em seu Art. 7º. Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I- Oferecendo condições e recursos, para que sejam suprimidos das crianças, seus direitos civis, humanos e sociais;
- II- Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III- Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV- Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V- Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas II, III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

33. Não está de acordo com a resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

- a) O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.
- b) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

- c) A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira, pois os negros são muito humilhados pelos brancos.
- d) O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

34. Não está de acordo com a resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

- a) Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.
- b) A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.
- c) Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana, pois a lei de diretrizes e bases 9394/96 garante 30% do PIB brasileiro para esse fim.
- d) As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

35. Não está de acordo com a resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

- a) Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.
- b) Os sistemas e os estabelecimentos de ensino devem, obrigatoriamente, estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.
- c) Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.
- d) Os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

36. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 05/10/88:

- I- É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;
- II- As presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;
- III- Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;
- IV- Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;
- V - Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas II, III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

37. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 05/10/88 em seu:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: I portadores de deficiência; II que exerçam atividades de risco; III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Assinale:

- a) Se apenas os §§ 1º e 2º estiverem corretos.
- b) Se apenas os §§ 1º, 2º e 3º estiverem corretos.
- c) Se apenas os §§ 2º, 3º, 4º e 5º estiverem corretos.
- d) Se todos os §§ estiverem corretos.

38. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 05/10/88:

I- São estáveis após 4 (quatro) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

II- O servidor público estável só perderá o cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo sem que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

III- Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

IV- Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

V- Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

39. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

I- A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II- A classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita: a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola; b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas; c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III- Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV- Poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V- A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas II, III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

40. De acordo com a LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências em seu Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I- manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II- identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III- proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV- fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V- manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas II, III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.